

O presidente Fernando Henrique está, neste momento, claramente determinado a ocupar espaços de comunicação. Há poucos dias, deu entrevista à TV Globo, onde voltou a queixar-se do Congresso, criticou o Tribunal de Contas da União e revelou disposição de extinguir, a médio prazo, alguns ministérios.

* Ontem, nova (e longa) entrevista à *Gazeta Mercantil*. Há, segundo sua assessoria, outras entrevistas agendadas na seqüência. Nenhum presidente, como é óbvio, programa um rush de imprensa aleatoriamente. Há recados específicos, que o presidente preferiu dar sem intermediários, conferindo-lhes maior contundência.

Um deles: o de que é falsa a idéia de que o Plano Real, seu grande trunfo político, corre riscos iminentes. O presidente afirma que "a dicotomia desvalorização cambial ou recessão é falsa". Essa dicotomia tem sido apontada por economistas como sinal claro da fragilidade do Plano, que aumentaria sua dependência do processo de reformas, empacado no Congresso e

sem perspectivas concretas de avançar.

O presidente diz que não: "Temos recursos para manter a situação sob controle, sem cair na recessão ou mexer no câmbio". E, em tom já indisfarçável de candidato (que jura que "ainda não é"), garante: "A recessão não é aceita aqui. Não vamos pagar esse preço, e nem precisamos". Há também um puxão de orelhas na Petrobras: "Temos cubada uma quantidade imensa de petróleo. Esse petróleo é da União e não da Petrobras. Há esse tipo de recurso. Se usá-lo em um fundo desse, meu Deus, acabou o déficit". A Petrobras, já disse mais de uma vez o presidente, é "imprivatizável", mas não é intocável. E aí está em curso o lobby pela agência brasileira de petróleo.

Fernando Henrique já fala com maior fluência sobre assuntos econômicos. Em política, volta a criticar o Congresso, sobretudo seu temor em aprovar medidas eventualmente antipáticas por temor eleitoral. Apesar de todos os pesares, defende o Congresso: "Mesmo que isso (defen-

der o Congresso) me custe um desgaste, eu suporto, porque a gente precisa ter objetivos de longo prazo".

O presidente resiste a uma autocrítica: a de que inverteu prioridades e perdeu o timing das reformas políticas. No início de seu governo, o então presidente do Senado, José Sarney, e o vice-presidente da República, Marco Maciel, recomendaram que iniciasse o processo pela agenda política. A um presidente zero quilômetro o Congresso, por tradição, nada nega. Não negou nem o confisco da poupança a Collor. Fernando Henrique optou por começar pela quebra dos monopólios.

Passada a trégua dos cem dias, começou a enfrentar resistências crescentes, que hoje chegaram ao limite. Cada votação é um tormento; cada parlamentar um guichê. Se tivesse restabelecido a fidelidade partidária, entre outras providências, tudo fluiria mais facilmente. Ele, porém, insiste em que sua estratégia era melhor, muito embora não funcione. Mas isso, claro, é um detalhe.